

SESSÕES DO PLENÁRIO

29ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO LULA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa: Sr.^a Deputada Estadual Neusa Cadore; Sr. Defensor Público-Geral, Rafson Saraiva Ximenes; Sr.^a Procuradora Maria Angélica Rodrigues, que, neste ato, representa o governo do estado e o governador Rui Costa; Sr.^a Secretária de Política para as Mulheres, Julieta Palmeira; Sr. Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública e Defesa Social, procurador Geder Luiz Rocha Gomes, que, neste ato, representa a procuradora-geral de Justiça, Ediene Santos Lousado; Sr. Defensor Público, chefe da Defensoria Pública da União em Salvador, Dr. Bruno de Andrade Lage; Sr.^a Corregedora da Defensoria Pública do Estado, Célia Padilha; Sr. Major Andrade Ricardo, que, neste ato, representa o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Anselmo Brandão; Sr.^a Capitã Jamile Perrone, que, neste ato, representa o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Teles; e a Sr.^a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado, Elaina Rosas.

Convido todos os presentes para ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à apresentação do Hino Nacional.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Convido para, neste momento, ocupar a presidência desta sessão a deputada Neusa Cadore, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública desta Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Lula Cadore): Concedo a palavra ao proponente desta sessão especial, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Bom dia a todos e a todas. Gostaria de saudar... é uma honra para nós na Assembleia Legislativa, mais um ano, receber as defensoras e os defensores públicos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia. Esta instituição tão nobre que nos honra e que temos uma identidade muito grande pela atividade que desenvolvemos nos nossos mandatos, no meu. Por isso que eu gostaria de iniciar aqui saudando a Sr.^a Deputada estadual Neusa Cadore, que ora preside esta

sessão, que preside nesta Casa a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, a comissão mais importante da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Discutimos muito e a deputada tem uma concordância e tem encaminhado seus trabalhos no sentido de que não haja dicotomia entre segurança pública e direitos humanos. E não há direitos humanos sem segurança pública, e não há democracia sem direitos humanos e segurança pública. Por isso minha saudação e desejar boa sorte para que a senhora conduza essa comissão que também é muito complexa, porque o estado, aquele que tem a obrigação de garantir, de zelar pelos direitos humanos também, em parte, é o maior agressor desses direitos.

Então eu sei como é difícil conduzir uma comissão. Então, boa sorte, minha companheira Neusa Cadore.

Gostaria de saudar aqui o Sr. Defensor Público Geral Rafson Ximenes, recém-eleito, desejar também a ele um grande mandato, dando segmento também a esse grande trabalho feito pelo Dr. Clériston, que não está aqui, mas eu queria parabenizá-lo. Ele de forma muito tranquila, serena trabalhou no sentido de consolidar e ampliar os trabalhos da Defensoria do nosso estado. Claro que ainda existem questões a resolver, mas com certeza o senhor está habilitado e bem preparado para conduzir a Defensoria.

Então, bom mandato para o senhor e meus parabéns!

Aqui quero saudar a Sr.^a Procuradora Maria Angélica Rodrigues que neste ato representa o governador. E o Dr. Ximenes conversando comigo me apresentou, eu a conhecia publicamente, mas como sendo a mãe de Eva. E dei parabéns a ela pela educação que deu a filha, porque tive oportunidade de ir, e foi uma coincidência, numa das áreas mais violentas aqui de Salvador e lá havia uma ocupação recente dos pobres, que são obrigados a morar em condições indignas em nosso estado e estava ela fazendo uma apresentação cultural para os pobres e para os que vivem de forma indigna explorados pela sociedade.

Então, isso é muito nobre. Parabéns a senhora pela educação que deu a sua filha.

Gostaria de cumprimentar também a nossa companheira de muita luta. Essa mulher, como um número muito grande das mulheres do Partido Comunista do Brasil, Julieta Palmeira, que ora ocupa a Secretaria de Políticas para Mulheres, mas que durante toda a sua vida se dedicou à luta ampla, não só das mulheres, mas entendendo que é muito importante lutar pelas mulheres e também pelo povo brasileiro.

O Sr. Coordenador aqui o nosso grande..., também um companheiro de luta o Procurador Geral, Geder Luiz Rocha Gomes, que neste ato representa a nobre Dr.^a Ediene Lousado.

O Sr. Defensor Público, chefe da Defensoria da União de Salvador, também um grande lutador na sua função que com muito equilíbrio, muita tranquilidade tem resolvido muitos conflitos necessários da intervenção da Defensoria das União, que é o Dr. Bruno de Andrade Lage.

A Sr.^a Corregedora da Defensoria Pública do Estado, Célia Padilha, muito obrigado, pela presença. E aqui o Major André Ricardo neste ato representando o nosso Coronel Anselmo, Comandante da Polícia Militar. É necessário esse diálogo permanente, esse entendimento entre essas instituições que estão aqui e a Polícia Militar; temos aqui também a Capitã Jamile, representando o Corpo de Bombeiros, muito obrigado pela presença; Elaina Rosas, que bom que Rosas, e aqui representando os servidores. Eu falava com ela e ela estava toda orgulhosa, porque só tinha um homem na direção. Também não precisa ser assim. É partilhar, mas ela estava dizendo que as mulheres têm uma representação muito forte porque são maioria na Defensoria.

Como hoje as mulheres passam muito nos concursos, são muito estudosas e dedicadas, um dia vamos ter só mulheres. Então, nós homens temos que fazer essa correção não criando políticas de cotas, mas estudando e trabalhando para passar nos concursos.

(Lê): “Hoje estamos aqui, mais uma vez, homenageando a todos defensores e defensoras públicas e a todo o corpo da Defensoria Pública do nosso Estado, é passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública, uma instituição essencial à função jurisdicional, acolhida e resguardada pela Constituição Brasileira enquanto ‘expressão e instrumento do regime democrático’ e voltada à ‘orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados”.

Está sim na Constituição, mais aos pobres, porque os pobres são oriundos de uma sociedade desigual, resultado da riqueza excessiva de uns que vivem neste país. É uma questão estrutural que temos que resolver, porque senão vamos ter que ampliar indefinidamente o trabalho da Defensoria Pública e vai ser impossível. Então a pobreza é produzida pelo sistema político.

(Lê): “Nesse estranho e macabro momento da vida política brasileira, onde a barbárie busca se institucionalizar e o Estado está de ponta cabeça, a nobre Defensoria Pública da Bahia se mantém fiel ao seu papel institucional e constitucional, naquilo que se tenta de forma primitiva e atrasada, se por fim.

Firme e determinada a nossa Defensoria na defesa e no amparo àqueles e àquelas que necessitam dos cuidados e da atenção dos serviços públicos.

Com competência e eficiência vem expandindo seus serviços a quase todos municípios do estado e atendendo a quem dos seus serviços precisa.

Presente não só nas querelas jurídicas cujos cidadãos desprovidos de recursos buscam defender seus direitos e cidadania, mas ampliando sua interferência naquelas atividades e setores que criados e mantidos pelo estado precisam de fiscalização e apoio para atenderem seus objetivos e deles não se afastarem.

Parabenizando, aqui, o que não pode passar sem registro, a eleição também da nova Ouvidora Geral da Defensoria, a companheira Sirlene Assis, uma jovem negra, de 36 anos.

Assim se move a Defensoria Pública da Bahia, na contramão mais positiva da desenfredda situação do país e do seu povo. Prestando serviços sociais

importantíssimos, participa da vida e, atendendo as necessidades das comunidades excluídas. Discutindo as demandas das comunidades tradicionais’, ontem nós tivemos 3 indígenas assassinados no Extremo Sul da Bahia, ‘executando ações de reconhecimento e respeito da paternidade responsável e dos cuidados com as mães, as mulheres e a maternidade. Contribuindo para a autoestima e a valorização das pessoas, sem preconceito de nenhuma qualidade. Realizando trabalhos de retificação de nome e gênero das pessoas trans, contribuindo na preservação da história das lutas do povo, na sua memória, na cultura e na cidadania, incentivando a participação ativa no combate a violência doméstica, capacitando as pessoas e orientando, fortalecendo a coragem contra o medo.

Hoje, se faz frequente a presença da Defensoria em eventos de defesa das minorias excluídas, prestando solidariedade, ajudando nos encaminhamentos e, construindo juntos com essas minorias, propostas de políticas públicas, capazes de minorar o sofrimento, ou de promover respeito aos direitos e a cidadania.

Laboriosa, incansável e vitoriosa a Defensoria Pública da Bahia, que se levanta quando qualquer direito da população é aviltado ou negado’.

Então, esta é a nossa Defensoria, que para além de garantir acesso à justiça que é fundamental numa sociedade com tantos pobres, mas dá acesso ao direito de ter direitos. Então, o papel da Defensoria é fundamental para que a gente garanta direitos numa sociedade que foi negado, numa sociedade que ainda não foi capaz de fazer a crítica, de se rever, de passar a limpo e seguir em frente.

Por isso que a gente não construiu métodos de defesa, para que, agora, o ultraliberalismo no mundo e no Brasil tente rever as formas, destruindo direitos, aplicando as formas mais atrasadas de controle da força de trabalho, de controle dos nossos recursos naturais. Então, é a neoescravidão que se apresenta com uma figura das mais horríveis aparecidas na história deste país.

Então, nenhum brasileiro, nenhum pai de família vai concordar em comprar um fuzil, um fuzil T4, para valorizar ações, enriquecer a empresa produtora de armas e matar os pobres, matar os pretos. Este país precisa de livros, de educação, de cultura, de arte, de civilizar os seres humanos. E não existe no mundo a possibilidade, nunca existiu, de civilizar seres humanos com armas.

Por isso que nós precisamos combater, a sociedade precisa, neste momento, reagir à tomada, ao furto de direitos. É a Previdência, são os direitos trabalhistas, são as armas, é a educação que se corta, e nós não podemos permitir isso. Porque, a acontecer essas reformas do jeito que vão, não vai ter defensor público que consiga trabalhar e assegurar direitos.

Por isso que, aqui, nós queremos parabenizar todos vocês, aliados institucionais fundamentais para o nosso trabalho, para o trabalho da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para a nossa sociedade. Então, parabéns para todos vocês! É uma honra para nós poder prestar esta homenagem necessária.

Viva a Defensoria Pública! Vivam as defensoras e os defensores públicos do estado da Bahia! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Lula Cadore): Tenho a honra de convidar para a Mesa a Sr.^a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado, Sirlene Assis. (Palmas)

E neste momento eu devolvo a coordenação da Mesa ao deputado Marcelino Galo, proponente desta sessão.

(O Sr. Marcelino Galo Lula reassume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Bom, eu gostaria de registrar essa presença importante aqui e que, com certeza, será uma referência para a nossa nova ouvidora, porque para superar o trabalho dessa criatura vai ser muito difícil, espero... a nossa querida Vilma Reis. (Palmas)

Quero registrar as presenças de Pedro Bahia, subdefensor público-geral do estado da Bahia; de Soraia Ramos Lima, diretora da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia; de Larissa Guanaes, corregedora adjunta da Defensoria; da Major Gilmar Oliveira; de Liliane Miranda de Amaral, coordenadora da 1^a Regional da Defensoria; de Girlene Santana, coordenadora da Unegro; de Bruno Moura, membro do Conselho Superior; de Firmiane Venâncio, membro do Conselho Superior DPE/Bahia; de Lucas Melo, membro do Conselho Superior da Defensoria; de Tereza Cristina, também membro do Conselho; de Donila Ribeiro González de Sá Fonseca, coordenadora Executiva das Defensorias Públicas Especializadas; de Carla Guenem da Fonseca Magalhães, coordenadora da Estância Superior da Defensoria Pública; de Fábio Pereira, coordenador da Especializada e da Fazenda Pública; de Fabíola Pacheco, coordenadora da Especializada Criminal e de Execução Penal; Laíse de Carvalho Leite, também coordenadora da Especializada do Idoso; de Lívia Sílvia Almeida, coordenadora da Especializada de Proteção aos Direitos Humanos, e de Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão, coordenadora da Especializada da Curadoria Especial. (Palmas) Logo após eu anuncio...

Agora nós vamos passar aqui... Antes a gente gostaria de registrar, porque dentre as missões institucionais da Defensoria Pública está a promoção e educação em direitos. Então, nesta sessão especial em que homenageamos a Defensoria Pública nós vamos convidar a coordenadora da Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, a defensora pública Gisela Aguiar, a doutora Gisela Aguiar para fazer aqui um lançamento muito importante, nesta sessão, nesta Casa, de mais um produto editorial do selo da Escola Superior da Defensoria Pública, Esdep.

Por favor, a Dr.^a Gisela Aguiar. (Palmas)

A Sr.^a GISELE AGUIAR: Bom dia.

Cumprimento todos os defensores públicos e todas as defensoras públicas aqui presentes; cumprimento o Exm.^o Defensor Público-Geral, Dr. Rafson Ximenes, meu grande amigo; cumprimento as autoridades da Mesa, esta Casa e as pessoas aqui presentes na pessoa do proponente desta sessão especial, o deputado Marcelino Galo.

(Lê) “Primeiro, gostaria de agradecer por esta sessão especial em homenagem à Defensoria Pública do Estado da Bahia e dizer da importância, principalmente nos dias atuais, de se enaltecer o trabalho dessa instituição.

A Defensoria Pública se mantém firme no seu propósito, garantindo direitos ao cidadão e a inclusão de grupos vulneráveis.

No nosso dia a dia judicial, transformamos processos – que para muitos, infelizmente, são apenas papéis e números para constar em relatório – em pessoas, em histórias de vida, e escancaramos as realidades nas mesas de audiências.

Somos muitas vezes o único meio para se conseguir o direito já constitucionalmente garantido. Por isso nós, defensoras e defensores públicos, sabemos que temos lado e que a nossa voz é a voz do cidadão que, muitas vezes, nem sabe que tem direitos.

Nesse grupo vulnerável, um dos mais atingidos são os adolescentes, em sua maioria pobres e negros. A eles acrescentou-se nos últimos tempos o atributo de risco social. Dessa forma, quase automaticamente, todo adolescente pobre e excluído torna-se presumivelmente violento, infrator e drogado.

Porém, através desse conceito, o que parece insistir é uma naturalização da exclusão e da injustiça social. Ou seja, alguns fatos, como fazer uso de drogas, são socialmente considerados como comportamentos passageiros de adolescentes, desde que estes façam parte de uma classe dominante. Já para os pobres, os mesmos fatos são considerados crimes que devem ser exemplarmente punidos.

A realidade nos mostra que a ampla maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais que é julgada e que recebe a medida mais gravosa de internação provém das camadas pobres da população.

Por isso, hoje, exercendo nossa função de Educação em Direito, a Defensoria Pública Especializada da Criança e do Adolescente lança a cartilha ‘Conhecendo para proteger’. A qual propõe a conscientização e empoderamento da sociedade civil, especialmente das famílias de adolescentes apreendidos por suspeita de prática de ato infracional, oferecendo-lhes as orientações necessárias para agirem em tais situações.

A cartilha mostra de forma objetiva o passo a passo, o caminho percorrido pelo adolescente no processo de apuração do ato infracional, desde sua apreensão até a liberdade assistida.

O objetivo foi esclarecer dúvidas dos familiares que, muitas vezes, vão à Deduc - Defensoria Especializada no Direito da Criança e do Adolescente e perguntam:

(Lê) “– Meu filho foi apreendido, e agora?

– Meu filho recebeu internação, e agora?

– Meu filho recebeu semiliberdade, e agora?

– Meu filho recebeu liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade, e agora?

Os tópicos dessa cartilha são exatamente essas perguntas, para garantir a divulgação dos direitos dos adolescentes e assegurarmos de forma mais célere o ingresso do defensor público no processo.

Quero agradecer aos autores dessa cartilha, Dr. Antônio Cavalcante, Dr. Bruno Moura, Dra. Maria Carmen e Dra. Mariana Tourinho, defensores e defensoras com

quem tenho a honra de trabalhar, pois são incansáveis na luta diária pela concretização e defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar dos seus 28 anos.

Em tempos de quase inexistência de humanidade, sigamos resistindo.

Muito obrigada a todos.

Desejo uma boa sessão.”

Desculpem-me, doutor, deputado, esqueci de mostrar. Aqui está a cartilha. Ela vai ser distribuída ali, na recepção.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Muito obrigado, Dr.^a Gisele Aguiar.

A cartilha, todo mundo vai ter acesso, vai ficar bem lembrada.

Agora, eu concedo a palavra à presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia (Adep-BA), Dr.^a Elaina Rosas.

Eu quero registrar a presença de dois grandes ex-deputados: Álvaro Gomes e Bira Corôa, que estão ali, juntinhos. (Palmas)

A Sr.^a ELAINA ROSAS: Bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de saudar todos os membros da Mesa na pessoa do proponente desta sessão, deputado Marcelino Galo. Queria destacar neste momento, nesta saudação a nosso homenageado, também o caráter plural do seu ativismo político que alcançou as esferas político-partidárias, tanto do relacionamento com os movimentos sociais e populares, como também se estendeu à sua gestão pública de maneira muito exitosa, considerando a sua atuação frente a Superintendência do Inbra e à Superintendência da Pesca e Aquicultura.

O seu mandato reflete a pluralidade que marcou a sua trajetória política, e talvez seja por isso que, nessa pluralidade, é um dos deputados que mais abraçaram a causa do acesso à Justiça pós autonomia da instituição Defensoria Pública.

Para nós, defensores públicos, é muito importante poder contar com esse apoio do nosso Legislativo baiano. Nós agradecemos. (Palmas)

Gostaria também de aproveitar este momento e saudar a nossa corregedora, Célia Padilha, nesta sessão especial. E saudar especificamente a ela porque é a defensora pública mais antiga presente a esta sessão. E eu não poderia deixar de saudá-la e poder fazer a consideração de que a nossa condição atual é fruto da luta dos valorosos homens e mulheres que, mesmo nas situações mais adversas da Defensoria Pública, não deixaram de acreditar na indispensabilidade da Justiça e do acesso a ela, sobretudo, pelas pessoas mais vulneráveis.

A Defensoria atual se desenhou no passado e por isso nós temos de ter mais zelo ainda para alcançar de maneira satisfatória os interesses da população em todos os 417 municípios do estado da Bahia.

Então, eu saúdo a nossa corregedora, Célia Padilha. (Palmas)

E também não podia deixar de parabenizar a nossa nova ouvidora-geral, que foi eleita para o mandato de 2 anos, a mais votada pela sociedade civil, a ativista e assistente social Sirlene. (Palmas) Eu lhe desejo muito sucesso em sua nova caminhada. E deixo a Adep de portas abertas para o desenvolvimento de estratégias que aproximem a sociedade civil ao corpo da Defensoria, respeitadas as suas diferenças e autonomia, mas imbuídos no fortalecimento da nossa razão democrática.

E registrar a presença dos nossos conselheiros eleitos no dia 17 de maio, porque o Conselho Superior da Defensoria, instância de planejamento, consulta e deliberação, é a instância maior da nossa instituição e que precisa ser valorizada, porque a vivência democrática se constrói no compartilhamento de ideias e na pluralidade de posições.

E eu fico muito feliz com o resultado desse processo eleitoral e coloco a Adep à disposição de cada um dos nossos conselheiros para que possamos dialogar, buscando o melhor para a nossa instituição, o melhor para a nossa categoria, e o melhor para o povo da Bahia.

Saúdo em ordem alfabética cada um dos conselheiros eleitos: Bruno de Moura, Firmiane Venâncio, Gil Braga, José Jaime Neto, Lucas Melo e Tereza Cristina Ferreira. Grande será a nossa luta, mas desejo-lhes boa sorte.

Alonguei-me um pouco nas considerações iniciais, nas saudações, mas não podia de deixar de fazer, porque estamos numa sessão especial de comemoração da semana e do dia do defensor e da defensora pública, da Defensoria Pública enquanto instituição.

E a Assembleia Legislativa é, e foi, um dos palcos principais das nossas muitas lutas, mas não só da nossa instituição (palmas), mas de muitas outras categorias dentro e fora do serviço público.

O espaço legislativo tem uma relevância diferenciada, porque é aquele que melhor representa os interesses mais sensíveis do nosso povo. É longo o caminho, desde o ativismo social de base até a definição de candidaturas e a aprovação dessa candidatura mediante o processo eleitoral.

Ser eleito para ser deputado é um funil muito apertado e que envolve mais de 10 milhões de eleitores baianos na busca das suas melhores propostas. E respeitadas essas diferenças, porque nós, defensores públicos, não somos escolhidos por voto popular, mas mediante concurso de provas e títulos, eu consigo enxergar que também estamos num funil bem apertado. E, vinculado ao exercício das nossas atribuições de defensores públicos e defensoras públicas, temos uma atuação direta com o povo da Bahia, em sua maioria vulnerabilizado por opressões e desigualdades históricas.

Ser defensor público é lidar com questões muito sensíveis, como os direitos de comer, de morar, de saúde, de liberdade; é ter que passar por uma verificação popular diária não só da qualidade dos nossos serviços, mas também em dizer que nós estamos buscando o alcance dos anseios e necessidade da população mais pobre. E isso se traduz nas nossas vitórias, nos nossos processos quando a gente entrega bens da vida, quando a gente compõe extrajudicialmente conflitos.

A Defensoria, ela é uma instituição que é a expressão da democracia, e isso está na nossa Constituição Cidadã. E, no meu sentir, é uma instituição que pode contribuir de uma maneira muito grande para o alcance da felicidade das pessoas, porque a gente leva ao povo a justiça, e a gente garante ao povo a justiça. Essa é a nossa missão e também o nosso legado.

É fundamental que todos nós, representantes de instituições de Estado, membros da nossa carreira de defensores públicos, servidores, população em geral, que a gente se empenhe na defesa do modelo de Defensoria que a gente tem hoje.

Eu sei que pode parecer redundante, mas a nossa presença nas estruturas de Estado, especificamente no sistema de Justiça, é muito recente e veio de uma luta coletiva em prol da equidade, da dignidade real das pessoas mais empobrecidas e afastadas da Justiça formal para tornar essas pessoas cidadãs e cidadãos com C maiúsculo.

Vou citar aqui uma brilhante política, Hannah Arendt, que nos ensinou que a cidadania é o direito a ter direitos, pois igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado, é um construído de uma vivência coletiva. E no Brasil de hoje a gente vê que construções que a gente entendia que eram sólidas no campo da política e das estruturas de Estado estão ruindo. Parece ser uma desordem, mas a gente tem que entender que, na verdade, isso é um caos, mas é um caos perfeitamente organizado. Não é para atender aos interesses dos vulneráveis, daqueles que nós estamos a defender, mas daqueles que são os reais donos do poder econômico, do capitalismo de mercado.

E Karl Marx, em uma magistral reflexão, diz assim: “tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens.”

É este o momento, senhoras e senhores, do duelo entre duas diferentes visões de mundo: a inclusiva e democrática, que tem a Defensoria Pública como importante referencial para garantir a cidadania popular; e uma individualista e liberal, que tem o estado mínimo e o lucro como marcadores de sucesso.

Temos que engrossar nossas fileiras em defesa da cidadania, em defesa da Defensoria, em defesa da defensora e do defensor público. Isso é para garantir uma presença da Defensoria de forma descentralizada em todos os territórios de identidade da Bahia, mas não só uma presença figurativa, mas uma presença com estrutura, com reais condições de trabalho, com articulação com os atores locais.

Temos de superar cada dia mais a distorção que existe entre a atuação especializada da capital e a atuação do interior. Temos de aproximar de forma mais qualificada e entrosada com a sociedade civil organizada. E também com o nosso público que, de maneira direta, é usuário dos nossos serviços, para que possamos escutar, mas realmente escutar, e remodelar a cada dia o nosso fazer.

Digo que tudo isso perpassa também – temos uma relação muito altaneira e sem subserviência com os demais Poderes – o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e

o Ministério Público, considerando principalmente o nosso enquadramento constitucional atual.

Falando em Constituição, não posso deixar de dizer que temos de ter uma postura muito vigilante pela preservação da nossa Constituição cidadã. É nosso dever! Em tempos muito sombrios, temos que ter a Constituição como escudo, de verdade, utilizando-a como anteparo dos diversos golpes que estão sendo aplicados em todos nós.

É preciso acreditar, senhoras e senhores, defensoras e defensores, servidores, que a ação coletiva é eficaz para preservar o nosso projeto de nação com defensoria para todos, indistintamente. Eu acredito nisso! Justamente por acreditar que estamos em um momento de luta, de resistência, concluo com o grande Gonzaguinha:

*“Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada”.*

É tempo de luta. Vamos lutar e seremos, com certeza, vitoriosos.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agradeço à presidente da Associação dos Defensores.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Registro as seguintes presenças: Marcos Fonseca, coordenador da Especializada dos Juizados Especiais da DPE/BA; Tatiane Franklin Ferraz Queiroz, coordenadora da Especializada de Família e Sucessões; Rita de Cássia Moura, coordenadora da Especializada Criminal e de Execução Penal; Analeide Accioly, defensora pública; Simara Fernandes Rocha Gomes, Marcelo dos Santos Rodrigues e Lucas Marques Luz da Ressurreição, assessores do gabinete da DPE/BA; Vanessa Azevedo; Priscila Andrade, da comissão dos aprovados do Movimento por mais Defensores Público na Bahia. Boa sorte. (Palmas) Wesley Francisco, do Fórum Baiano LGBT; Valdiria Verdiano, assessora especial da Sepromi que aqui representa a secretária Fabya Reis. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agora vamos ouvir Sirlene Assis, que é nova ouvidora-geral. Ela assumiu recentemente e esta é a primeira vez que está nesta Casa ocupando essa posição. (Palmas)

A Sr.^a SIRLENE ASSIS: Bom dia a todas e a todos.

Meu coração está aos pulos, disparando, viu, Vilma? Quero saudar a Mesa e todas as autoridades presentes na pessoa do presidente da sessão, deputado Marcelino Galo; também saúdo o Dr. Rafson Ximenes, nosso defensor-geral. E quero saudar o plenário na pessoa da nossa eterna ouvidora Vilma Reis (palmas), essa grande guerreira que é uma referência para mim. Não vou substituí-la, porque cada um é um, cada um tem a sua história. Irei suceder, e isso é uma honra, Vilma Reis. E ainda saúdo Girlene Santana, da Unegro; Ivonei Pires, do MNU; os ex-deputados Álvaro Gomes e Bira Corôa; todos os defensores e defensoras; e todo o plenário.

Parabenizo a Defensoria Pública do Estado da Bahia, cada guerreiro e guerreira. Essa instituição gloriosa é essencial para a democracia. Estamos vivendo um momento de desconstrução, de desmonte do Estado de direito, construído há décadas com muita luta e resistência. A nossa Carta Magna, cidadã, que é fundamental para dirigir a nossa Nação, está sendo ceifada e golpeada a cada dia, a cada momento.

Ao se golpear a Constituição Federal, quem está sendo golpeado é o povo, é a democracia. E essa gloriosa instituição é a instituição mais próxima do povo. É a instituição da esperança de promoção da igualdade de justiça. É importante que todo cidadão e cidadã acessem a assistência jurídica. Principalmente num estado racista, machista, formado a partir de uma estrutura escravagista, com teoria de supremacia racial, de um patriarcado que fere e mata, que até hoje faz o sangue ser derramado nesse chão.

Vivenciamos no Sul da Bahia conflitos de terra. Agora, em Boipeba, no Baixo Sul, vidas estão sendo ceifadas por causa do autoritarismo, tendo em vista que o capital tem imperado. A Defensoria Pública, via Ouvidoria, realizou uma excelente audiência pública. E o Ministério Público impugnou a construção daquela obra naquela localidade.

Essa instituição está aí para defender os direitos da criança e do adolescente, dos negros, dos quilombolas, dos indígenas e de todas as pessoas hipossuficientes. Cada defensor tem um papel fundamental – na história da Bahia e do Brasil – para a democracia, para a igualdade e para a inclusão social. No período de estudar o processo da disputa da Ouvidoria, eu disse que se não fosse assistente social, faria Direito e seria defensora pública, haja vista a grandiosidade que é essa função para nós, sociedade.

Os nossos sonhos não envelhecem, eles permanecem em nós. Precisamos ter esperança de que é possível construir uma sociedade mais igualitária e justa para todos. Independentemente da orientação sexual, da identidade de gênero, da sua classe social, da sua cor, da sua religião, todos e todas têm de viver com dignidade. Basta de violência!

Tivemos agora a chacina de Lauro de Freitas. Até quando vão nos matar, até quando vidas serão ceifadas, até quando os quilombolas e os indígenas irão morrer, até quando os pescadores e as marisqueiras serão oprimidos e oprimidas?

Esse Estado brasileiro deve muito à população negra, indígena e quilombola. Esse Estado tem uma dívida com a maioria da população, mantendo privilégios para

poucos. E assim a maioria vem sendo excluída e marginalizada secularmente. E essa instituição está indo na contramão desse sistema, buscando garantir direitos humanos a todos, sem distinção.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É para finalizar? Eu nem comecei! (Risos) Sendo obediente, quero dizer para vocês – ao defensor-geral, a cada defensor e à sociedade – que podem contar com a Ouvidoria.

Vilma Reis fez um trabalho excelente, assim como Tânia Palma, e nós vamos dar continuidade. Não iremos criar a roda, vamos ampliar a luta política, vamos fortalecer ainda mais essa instituição.

Quero parabenizar também os servidores, os estagiários, os técnicos, porque a Defensoria Pública somos nós. Hoje, eu me sinto também Defensoria Pública, porque é esse coletivo. Todos e todas são importantes, não dá para dizer quem é maior e quem é menor. Todos e todas têm um papel fundamental nos direitos humanos, na inclusão, na assistência jurídica e na igualdade.

Confio nessa instituição e reafirmo os seus princípios. Estou com vocês, quero caminhar com vocês, com os movimentos sociais na sua diversidade. Serei uma ponte entre essa instituição, os movimentos sociais e os assistidos. Vamos juntos garantir ainda mais a efetivação das ações dessa organização. Contamos também, deputado, com a Assembleia Legislativa. Iremos ao governo do estado, às prefeituras, aos vereadores, enfim, onde for preciso, dialogar e criar redes, criar diálogo, juntos e juntas. Não iremos abrir mão de ninguém, um vai segurar a mão do outro, eu acredito em nós. Cada um tem a sua missão, cada um tem um papel.

Vamos dar continuidade, Vilma Reis, não irei soltar sua mão, não, viu? Cola aqui com a gente, porque essa Ouvidoria é nossa. Essa Ouvidoria não tem dono, é do estado da Bahia. Então, todos e todas fazem parte dessa história e vamos ampliar ainda mais.

Parabéns, defensores, parabéns Defensoria Pública do Estado da Bahia. Vamos caminhar, sonhar e acreditar! O projeto maior é o coletivo, o projeto maior são os assistidos, é a qualidade, são as crianças que estão em medidas socioeducativas, são as mulheres que sofrem a violência doméstica, são os ciganos, são os ribeirinhos. Não haverá vaidade maior do que o desenvolvimento e o avanço da Defensoria, do que a ampliação da Defensoria no interior da Bahia. Precisamos estar em todas as comarcas. Repito, em todas as comarcas.

Precisamos criar concurso – viu, defensor? – para servidores de carreira da Defensoria Pública; isso é fundamental para a instituição. (Palmas)

Então, gente, força na caminhada, muito axé, muita unidade. Para se chegar ao consenso é preciso dissenso; não tenho nenhum problema de ter ideias diferenciadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) até porque o consenso surge a partir da diversidade e da unidade da luta. O mais importante é a instituição, é o desenvolvimento da instituição, porque se a

Defensoria Pública tem um bom atendimento, tem uma boa qualidade, tem uma boa unidade na luta, são os assistidos que ganharão, é a população. E estamos a serviço do povo do estado da Bahia, estamos a serviço dos direitos humanos, não iremos largar a mão de ninguém. Unidade, luta e resistência; democracia já, Bahia!

Viva a Defensoria Pública do Estado da Bahia!

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agradeço a Sirlene Assis e desejo que tenha boa sorte, porque muito bem preparada ela é.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Neste momento, vamos assistir ao vídeo sobre a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agora vamos passar a palavra ao defensor público-geral, Rafson Saraiva Ximenes.

Antes, eu gostaria de destacar um dos projetos de sua autoria, Dr. Rafson, que achei de uma importância muito grande. Refiro-me às sessões de julgamentos históricos, quando foram julgados Luiza Mahin, Zumbi dos Palmares, Índio Caboclo Marcelino – não sou eu –, que foi o precursor das lutas dos tupinambás...

Vejam vocês, depois de tanto tempo, quase 50 anos depois, nós concedemos aqui uma comenda a uma liderança indígena, o cacique Babau. Pois bem, todos são homenageados aqui – empresários, etc. –, mas na hora em que se homenageou esse cacique foi um auê nesta Casa, com deputado dizendo que índio paria igual a rato; foi uma coisa nunca vista, racista. E o cacique Babau é uma repetição do que era o Caboclo Marcelino.

Então é importante fazer essas avaliações e estudar a nossa história para compreendê-la. E tive a oportunidade de ir, Dr. Rafson, ao Teatro Vila Velha – que é o templo da cultura do nosso estado – quando houve o julgamento simbólico de Carlos Marighella. Foi muito corajoso fazer isso, porque Carlos Marighella era considerado o inimigo número um da ditadura, mas, com certeza, é o amigo número um do povo lutador brasileiro. Achei muito importante. Parabéns por aquele projeto, porque esses julgamentos foram extremamente educativos e elucidativos.

Com a palavra o nosso defensor público-geral, Rafson Saraiva Ximenes. (Palmas)

O Sr. RAFSON SARAIVA XIMENES: Bom dia a todos e a todas.

Ex.^{mº} Deputado Marcelino Galo, a quem agradeço mais uma vez por ter dado esse apoio à Defensoria Pública da Bahia e à Defensoria Pública do Brasil ao entender a importância da Semana da Defensoria e dos seus eventos, abrindo esta Casa com sessões para homenagear, para celebrar e para discutir essa instituição.

Isso é uma demonstração de compromisso histórico e de coerência ideológica com as lutas que o senhor defende.

Ex.^{ma} Deputada Neusa Cadore, que tem o desafio de suceder o deputado Marcelino Galo na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública desta Casa, mas que já começa de forma muito brilhante. É visível que o trabalho começou com o pé direito. Felizmente, essa comissão continua muito bem representada por uma pessoa que também tem um histórico de luta, um histórico no interior do estado. Não é natural daqui da Bahia, mas veio para cá para lutar pela população. Desde então, acredito que, há mais de três décadas, não tirou o pé desta luta. Parabéns. Obrigado, deputada, pela sua presença.

Saúdo a Sr.^a Ex.^{ma} Procuradora, Maria Angélica Rodrigues, neste ato, representando o governador do estado e o procurador-geral do estado. Como já foi dito pelo deputado Marcelino Galo, ela representa, também, uma das famílias de mais talentosos defensores que a Bahia já produziu: a família Rodrigues. Então, obrigado. É uma honra, para nós, ter esta representação nesta Mesa.

Sr. Ex.^{mo} Procurador de Justiça, Geder Luiz Rocha Gomes, também amigo de longa data da Defensoria Pública, com quem já tive a felicidade de estar ao lado oposto, em mesa de audiência, e, também, ao mesmo lado.

Isso demonstra um grande avanço institucional, pois é o amadurecimento da Defensoria Pública e do Ministério Público ao entender que há várias lutas conjuntas. A gente, sempre, conseguiu fazer isso, apesar de trabalhar numa área que, a princípio, seria a área mais conflituosa, que era a área penal. Ainda assim, você, Luiz, sempre, foi um promotor e, hoje, procurador de Justiça que mostrou ter uma visão acima da média do que é o Direito Penal, da complexidade do Direito Penal, que possibilitava que a Defensoria e o Ministério Público fizessem atuações conjuntas em defesa dos direitos da população baiana e da população em cumprimento de pena. Então, parabéns por todo este talento e esta sabedoria.

Saúdo o Sr. Ex.^{mo} Defensor Público-Chefe da União, Bruno de Andrade Lage, representando os defensores públicos de Salvador, na sua atuação normal, mas, nesta Mesa, para nós, Defensoria Pública do Estado da Bahia, o senhor representa todos os defensores públicos federais; e mantém, sempre, esta atuação conjunta e dialogada. Não foram poucas as atuações que nós fizemos juntos e em momentos difíceis para a sociedade baiana, como, por exemplo, a tragédia de Mar Grande, como a disputa do entorno do Quilombo Rio dos Macacos. Sempre, nessas e em outras atividades, a Defensoria Pública do Estado e da União souberam atuar, conjuntamente, na Bahia.

Sr. Ex.^{mo} Major André Ricardo, representando o coronel Anselmo Brandão, é uma satisfação ter a Polícia Militar nas nossas discussões. Um dos grandes desafios que a Defensoria Pública tem de entender e, também, de levar à população é fazer uma discussão mais ampla do que é segurança pública.

Isso significa dizer que a responsabilidade pela segurança pública não é e não pode ser jogada, apenas, nos ombros da polícia. É saber que todos os atores que se consideram relevantes e, principalmente, aqueles que acham, como a Defensoria Pública, que mais Direito Penal e mais prisões não ajudam na solução da segurança pública; pelo contrário, atrapalham.

Logo, é nosso papel nos colocar ao lado, também, fazendo propostas e tirando este peso, esta responsabilidade e esta cobrança que são feitas, com exclusividade, de uma categoria, extremamente, oprimida também, porque podem e, às vezes, acontecem as situações de abuso. Mas, como regra, o policial militar, também, é o público defendido pela Defensoria Pública.

Saúdo a Sr.^a Capitã Jamile Perrone que, neste ato, representa o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Teles. A partir da senhora e, também, da major presente, eu quero fazer uma saudação ao estado da Bahia, pois, pela primeira vez, tem uma tenente-coronel mulher nas forças de segurança pública. (Palmas) Esperamos ter outras em breve. Espero que a senhora se torne tenente-coronel.

Quem sabe se nós teremos um comando da Polícia Militar feito por mulheres pela primeira vez na história da Bahia?! (Palmas)

Saúdo a Sr.^a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Elaina Rosas. E, em seu nome, Dr.^a Elaina, cumprimento todos os defensores e as defensoras públicas presentes.

Sr.^a Ouvidora-Geral do Estado da Bahia, Sirlene Assis, parabéns pela sua primeira fala enquanto ouvidora e parabéns pela coragem em aceitar este desafio que é, modéstia à parte, comparável ao meu. Digo isso porque, para mim, é difícil ceder ao Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo. O vídeo mostra por que é difícil. Tudo foi construído durante estes 4 anos de gestão de Clériston. Para você, não é mais fácil ceder a Vilma Reis. Então eu sei e estou falando sem modéstia que esta decisão de aceitar este desafio requer muita coragem. E assim como, sem modéstia, eu digo que tive de ter coragem para aceitar, eu sei que você, também, precisou ter.

Sr. Ex.^{mo} Ex-Deputado Álvaro Gomes presente, quero aproveitar a oportunidade para render esta homenagem por todo trabalho que você já fez pela Defensoria Pública enquanto esteve nesta Casa, enquanto foi secretário de estado, enquanto esteve na assessoria do governador. (Muitas palmas)

Eu tenho certeza do que eu vou falar. Talvez, você se lembre disso menos do que eu. Mas, para mim, eu estava novo, estava vestindo não exatamente a camisa verde, mas estava naquela posição daquelas meninas de camisa verde, procurando esta Assembleia, lutando para ser nomeado ao lado de vários outros defensores como o Dr. Pedro Bahia que, hoje, é subdefensor geral; Dr.^a Larissa Guanaes que, hoje, é corregedora adjunta; Dr.^a Cristina Ulm; Dr.^a Soraia; Dr.^a Cinara que, hoje, trabalha em no gabinete; Dr.^a Tatiane Ferraz que coordena a Especializada da Família. Há vários outros nomes que não dão para mencionar aqui.

Sempre, tivemos o senhor, Álvaro Gomes, nesta Casa, como um dos principais pontos de apoio. Então, o senhor contribuiu muito com a Defensoria. Tenho certeza de que vai contribuir ainda mais com a Defensoria Pública da Bahia e do Brasil. Através do senhor, cumprimento, também, todos os parlamentares e todos os funcionários da Assembleia Legislativa.

Por fim, cumprimento os defensores e os servidores públicos da Defensoria Pública presentes. Lembro que este evento finaliza as comemorações pela Semana da Defensoria Pública deste ano de 2019. E a Defensoria Pública se faz com defensores, servidores, estagiários e a população.

Então, esta é a semana dos defensores e é, também, a semana dos servidores da Defensoria Pública. Então, obrigado a todos os servidores da Defensoria pelo trabalho que vocês prestam e por toda dedicação que vocês têm para construir trabalhos como este vídeo e tantos outros, como para manter a Unidade Móvel de Atendimento da Defensoria Pública em atuação. (Palmas) Sem vocês, não haveria Defensoria Pública. Então muito obrigado pela presença de vocês. (Muitas palmas)

(Lê) “Hoje é um dia especial. Mas, mais que um ato solene, devemos celebrar a existência e a importância da Defensoria, aqui, na Casa do Povo. Isso é, também, dizer, a plenos pulmões, à população, que nós estamos presentes e que podem contar conosco. O reconhecimento do trabalho e a visibilidade que ganhamos, em espaços de legitimação popular como este, nos impulsiona a crescer, nos motiva e nos fortalece.

Não é segredo, para ninguém, que a Defensoria Pública tem uma causa: a causa das pessoas mais vulneráveis e das minorias. O estado tem o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita para os mais necessitados. E é, através da Defensoria, que isso se concretiza. Fomos designados, por mandamento constitucional, para sermos aliados dos vulneráveis e defensores dos direitos humanos.

Estes títulos não são à toa, porque o nosso atendimento se estende da pessoa em situação de rua que sofre violência institucional à mulher que foi vítima do seu marido em sua própria casa; do negro que sofreu racismo num *shopping*, ao indígena que teve a sua terra nativa tomada para exploração dos recursos e do fomento do capital.

Atuamos nas áreas do Direito de maneira técnica e qualificada. Mais do que isso, nós atendemos gente! Não é papel! Nós atendemos olho no olho. Nós percebemos, através da nossa atuação, a compreensão humanística das necessidades.

Cada história, que chega aos ouvidos dos defensores públicos e da nossa equipe multidisciplinar como servidores, assistentes sociais e psicólogos, é única e complexa. Mas, mesmo com as peculiaridades, todas buscam ser vistas pela Justiça. Uma mãe nos procura chorando, porque está desempregada e não tem o que dar para comer à criança, porque o pai deixou de pagar pensão há meses ou nunca pagou. Outra mãe nos suplica, porque o filho foi preso. Uma família pobre ficou sem abrigo, porque, com o aumento das chuvas, o esgoto passou a invadir a sua casa.

Esses não são apenas exemplos. Esses são casos que lidamos diariamente para fazer valer a lei para essas pessoas. Num país em que é nítido que a aplicação legal favorece os mais poderosos, a Defensoria surge como um contrapeso. É contra majoritária. E não é fácil remar contra o vento, principalmente, neste momento, em que a arma quer falar mais alto do que a educação. Não é fácil assegurar direitos quando há uma clara tentativa de negá-los.

Por isso, ao estarmos na Casa do Povo, não há momento mais conveniente para colocar todos a par da nossa necessidade.

Fazemos um breve apelo para vocês, deputados, representantes legítimos da população.

A Defensoria Pública baiana necessita se expandir. O nosso é um pleito coletivo. Estamos em apenas 15% das comarcas do estado. Para minimizar este problema e alcançar mais localidades, buscamos vias alternativas como a implementação da nossa Unidade Móvel de Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia que já percorreu mais de 30 mil quilômetros por locais estratégicos na Bahia, onde a população mais precisa de nós. Mas não é o suficiente.

Com apenas 342 defensores e uma equipe de apoio excepcional, nós conseguimos alcançar cerca de 1 milhão de baianos por ano no último biênio. Mas não é o suficiente. Imaginem quantos poderemos alcançar em maior número. A Bahia precisa de mais defensores, precisa de mais unidades no interior. A Defensoria Pública precisa de um plano de cargos e salários para os servidores. Mas, sozinha, a Defensoria não conseguirá.

O momento político, em que todos nós vivemos, melhor, em que o Estado é atacado, em que o trabalho dos servidores públicos é desvalorizado, em que a própria democracia é flexibilizada, pede que as instituições se fortaleçam.

Precisamos estreitar os vínculos interinstitucionais entre nós que defendemos como os direitos humanos e as minorias marginalizadas historicamente, pois, com muita luta, conseguiram lugar de fala e algum protagonismo que, agora, tentam ser silenciados.

Inclusão social não é uma mera ideologia, é uma consequência inafastável da civilização!

Gil, junto com Chico, aquele que acabou de ganhar o Camões, criando a maior concentração de talento literário da língua portuguesa, eles ensinaram o seguinte.

*‘Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado (...)’*

Ser escutado é o que o povo precisa! Na Defensoria, ele, o povo, tem voz. Na Assembleia, ele tem voz. Nos movimentos sociais, ele tem voz.

Nós somos uma corrente e uma rede de proteção. Quando nós nos fortalecemos, todos são fortalecidos. É preciso dizer que a Defensoria Pública não é gasto, é investimento!

Obrigado por comparecem e por virem nos prestigiar.

Precisamos do apoio de vocês para poder continuar crescendo e abraçando mais e mais o interior baiano, onde tanta gente desconhece os seus direitos e desconhece a possibilidade de tê-los assegurados para viver de maneira mais justa e digna.”

Peço desculpas a Geraldo Vandré. Mas eu quero dizer que as flores vão, sim, vencer os canhões! Esperar não é saber. Mas nós não estamos esperando não! Nós estamos lutando, lutando contra os canhões, lutando pelas flores, lutando pelos direitos.

Viva a Defensoria Pública da Bahia!

Viva os defensores!

Viva os servidores!

Viva a democracia! (Muitas palmas)

Queria aproveitar este momento nesta Casa, este momento tão especial. Todos os anos, a Defensoria Pública, nas comemorações da sua data, 19 de maio, faz a entrega de homenagens a personalidades de dentro e de fora da Defensoria Pública que representam esta luta por uma instituição mais forte.

Vale ressaltar ser uma homenagem bastante restrita, pois não são muitas pessoas que a recebem. Uma das categorias que existem é das pessoas que não fazem parte dos quadros da Defensoria Pública, nem como defensor, nem como servidor.

Nessa categoria, foram premiados, no ano de 2019, dois parlamentares desta Casa, quais sejam, a deputada Fabíola Mansur, que já recebeu a premiação na solenidade no dia 15 de maio; e a segunda personalidade, que recebeu essa medalha, neste ano, foi o deputado Marcelino Galo (palmas).

Convido o deputado Marcelino Galo, neste momento de agradecimento, por tudo que fez pela Defensoria, para receber o seu prêmio. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agradeço ao Conselho da Defensoria Pública por me conceder esta honra. Nós fazemos esta luta e, por isso, temos identidade, muita identidade, com a Defensoria. Então vocês podem continuar contando com esta Casa, com a Comissão de Direitos Humanos e com o nosso mandato.

Então, muito obrigado à Defensoria Pública. Muito obrigado. (Palmas)

Nós gostaríamos de registrar as presenças de Silvia Galo e Emily Galo. Então, eu acordo, geralmente, de madrugada para poder estudar. Eu estou estudando as Defensorias. Eu estou aprendendo tudo porque... Eu incomodo, né? (Risos) Mas, aí, gostaria de agradecer as presenças delas. (Palmas)

Agora, antes de terminar, nós vamos passar a palavra ao nosso Defensor Geral porque ele, ainda, quer falar algumas coisas.

Com a palavra o Dr. Rafson.

O Sr. Rafson Saraiva Ximenes: Só um segundo. Houve uma falha na nominata que me foi entregue. Eu não podia deixar passar em branco duas coisas.

Primeiro, registro a presença do ex-deputado federal Amauri Teixeira. (Muitas palmas) Amauri Teixeira é nada mais, nada menos, que o relator da Emenda

Constitucional n.º 80 que fixou a obrigatoriedade de, na União, nos Estados e no Distrito Federal, contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, ou seja, ter Defensoria Pública até 2022.

Ele é, sem nenhum exagero, considerado, nacionalmente, pelas Defensorias Públicas do Brasil, um herói da Defensoria Pública. (Muitas palmas) Então, esta é uma presença que tem que ser saudada. (Palmas)

Por fim, aproveito este espaço para parabenizar, porque este é o último evento público, antes da eleição, da nova corregedora. Faço um agradecimento público ao trabalho realizado pela corregedora da Defensoria Pública, Maria Celia Nery Padilha, que foi defensora pública geral; teve um comportamento exemplar na situação, tanto como defensora geral, como na situação de ex-defensora geral também; se colocou, mais uma vez, à disposição da instituição para trabalhar como corregedora; teve 2 anos de bastantes desafios.

Vários ajustes foram feitos na forma de funcionamento da Corregedoria Defensoria Pública. Hoje é um órgão muito mais respeitado por este trabalho realizado.

Então, neste último momento em que nós temos esta oportunidade, Dr.^a Celia, eu queria pedir a todos uma salva de palmas pelo seu trabalho na Defensoria Pública da Bahia. (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Quero, também, registrar a chegada do ex-deputado federal Amauri Teixeira, pois ele deve estar fazendo muita falta naquele Congresso, onde ontem um deputado teve a petulância e a grosseria de dizer que a Bahia era um lixo. Então, deputado, se o senhor estivesse lá, ele, com certeza, ouviria quem era lixo e quem iria lutar pelo povo brasileiro.

Então, muito obrigado pela presença do deputado Amauri Teixeira. (Palmas)

E era justamente ele quem me cobrava essa aproximação por essa causa importante que é estar junto com a Defensoria. Não teve coisa melhor, deputado Amauri.

Então, agora, nós vamos ter de encerrar esta bela sessão, que foi suave e leve. Convido a todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, das Sr.^{as} e Srs. Deputados, da imprensa, de todos os defensores e defensoras.

Com tiranos não combinam nossos corações! Viva a Defensoria! Viva a democracia! Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.